

LEITURAS PATRIMONIAIS: paisagem, ambiência urbana e arquitetura residencial no núcleo pioneiro de goiânia

Monteiro, Julia Macedo. (1); Almeida, Mayra de Paula Nascimento. (2); Barros, Renata Lima. (3); Caixeta, Eline Maria Moura Pereira. (4); Tavares, Márcia Guerrante. (5); Mendonça, Dafne Marques de. (6)

1. Universidade Federal de Goiás (UFG). Programa de Pós-Graduação Projeto e Cidade.
Rua J 12, quadra 41, lote 16, casa 08, Setor Jaó, CEP 74673260, Goiânia, Goiás

arqjuliam@gmail.com

2. Universidade Federal de Goiás (UFG). Programa de Pós-Graduação Projeto e Cidade.
Rua Rui Brasil Cavalcante, nº436, apartamento 501, Setor Oeste, Goiânia, Goiás
mayranalmeida@hotmail.com.br

3. Universidade Federal de Goiás (UFG). Programa de Pós-Graduação Projeto e Cidade.
Rua Santarém, nº 774, Edifício Gran Amazônia, apartamento 501, Setor Parque Amazônia, Goiânia, Goiás
renata_lima_barros@hotmail.com

4. Universidade Federal de Goiás (UFG)
Rua A 11, Q. 2A, L. 2, Jardins Atenas. Goiânia, Goiás
emmpcaixeta@gmail.com

5. Universidade Federal de Goiás (UFG)
Rua 120, nº 6, Setor Sul, Goiânia, Goiás
mguerrante@gmail.com

6. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN).
Rua 99, n.105, apto 102, Setor Sul, CEP 74080-060, Goiânia, Goiás
dafne.mendonca@iphan.gov.br

RESUMO

A paisagem do núcleo pioneiro de Goiânia é pontuada por uma diversidade de arquiteturas que se inspiram nas tendências em voga na primeira metade do século XX; conformando uma identidade arquitetônica moderna, multifacetada e híbrida, que dialoga com seu traçado, fruto do planejamento urbano, processo em si moderno. Projetada em meados da década de 1930, a cidade tem sido palco de representações que contribuem para uma contínua desconstrução e reestruturação da paisagem, assumindo uma atitude antropofágica que não valoriza sua história. Tal fato refletiu diretamente sobre a preservação do conjunto urbano do seu núcleo pioneiro. O artigo relata o trabalho em parceria entre a UFG e o IPHAN-GO, com recursos viabilizados pelo Ministério Público do Estado de Goiás. A partir

da metodologia de inventário do Sistema Integrado de Connhecimento e Gestão – SICG/IPHAN, esse trabalho buscou identificar e caracterizar a arquitetura residencial unifamiliar da fase inicial de Goiânia e sua contribuição na construção da paisagem envolvente e sua inserção na cidade em transformação. Esta experiência trouxe à tona, o desafio na apreensão da diversidade do patrimônio arquitetônico da cidade, aspecto no qual reside uma de suas principais características. O que também gera um impasse quanto à atuação das políticas públicas e o próprio reconhecimento de seu valor de patrimonial, uma vez que a pluralidade de linguagens contidas na paisagem da cidade é aspecto ainda pouco assimilado, especialmente no que se refere à sua valorização. Para compreender o conjunto dessa arquitetura analisou-se, além dos aspectos individuais das residências estudadas, a paisagem e sua ambiência urbana. A leitura da paisagem foi orientada no sentido de considerar os aspectos históricos, topoceptivos, sensoriais, simbólicos e funcionais de sítios onde se localizam os agrupamentos de bens de interesse. A análise dos conjuntos considerou os aspectos arquitetônicos dos bens inventariados, assim como os aspectos morfológicos e ambientais de sua envoltória: vegetação, permeabilidade visual, implantação e relação dos edifícios com a rua, relações de vizinhança, escalas, fluxo de veículos, ruídos e segurança. A leitura das distintas ambiências compreendeu o entendimento de que a atmosfera urbana histórica de Goiânia foi configurada a partir do importante papel das residências no preenchimento dos interstícios do traçado projetado, o que veio contribuir para a consolidação da escala doméstica do núcleo inicial da cidade. O artigo relata o desafio em identificar os conjuntos que essa arquitetura heterogênea compõe, visando com essa identificação, a preservação desse patrimônio.

Palavras-chave: patrimônio; ambiência; paisagem; residencia

Núcleo pioneiro de Goiânia

Em Goiânia, o Setor Central foi o primeiro a ser edificado. Sua construção marcou o início das obras da nova capital, em 1933. A partir dele, cresceriam os outros quatro setores originais: Norte, Sul, Oeste e Leste.

O arquiteto Attílio Correa de Lima, jovem, recém-chegado da Europa, foi o encarregado da elaboração do plano piloto para a nova capital e dos projetos de seus principais edifícios públicos. Em seus primeiros traços urbanos, Corrêa Lima baseou-se nos ensinamentos adquiridos da nascente escola francesa de 'Urbanismo Científico' e da concepção estética da *École des Beaux-Arts*. Em sua proposta, o urbanista coloca o Setor Central como o de maior importância da cidade. Ele deveria ser o centro do comércio, do poder administrativo e dos acontecimentos cívicos da capital.

O contrato com Attílio - arquiteto responsável pelo plano original - foi rescindido em 1935, no entanto seus ideais não foram totalmente abandonados. Armando Augusto de Godoy, arquiteto que viria a substituí-lo, pouco modificou do desenho do Setor Central, sendo o Setor Sul o foco de suas alterações: "Em 1936, Godoí retoma as obras iniciadas por Atílio e resolve implantar a ideia das cidades-jardim. Mas somente o Setor Sul pôde receber esse traçado, pois os Setores Central e Norte já estavam praticamente concluídos". (DAHER, 2003. p.185)

Para a construção dos edifícios públicos, buscou-se as tendências mundiais da época, elegendo-se para estas edificações, uma arquitetura que transitava entre o funcionalismo e a estética *déco* e já era muito utilizada, nesse período, nas cidades brasileiras.

Naquele momento a arquitetura de influência *déco* representava ideais de um mundo moderno e industrializado. Segundo Unes (2001, p.79), "Os primeiros edifícios públicos erguidos em Goiânia, não por acaso os primeiros da cidade, ao redor da Praça Cívica, seguiram orientação eminentemente déco".

O Setor Central configura-se pela sobreposição entre um traçado radial e outro reticulado, que tem como pontos focais espaços compostos por duas grandes alamedas no sentido norte/sul e leste/oeste – Avenida Goiás e Avenida Paranaíba – e uma praça central conformada por edifícios públicos, monumentos e jardins, a Praça Cívica. Um conjunto de vias diagonais e rotatórias, de menores dimensões, fazem o papel de transição entre o desenho da trama ortogonal básica do sistema viário e da trama radial de espaços monumentais.

> As quadras são tradicionais e conferem o caráter de "rua corredor" ao sistema viário, com a peculiaridade da inserção de ruas e áreas internas – de serviço – localizadas em algumas das quadras. (...)

> Como resultado do espaço construído ao longo das primeiras décadas de formação da cidade, predomina o ritmo e a volumetria das edificações ainda em uma escala doméstica, associadas às massas de vegetação, configurando uma paisagem modesta e aprazível (...) (CAIXETA et al., 2016, p.3)

Boa parte da arquitetura do núcleo inicial da cidade nasce em um ecletismo e em um racionalismo pragmáticos, que algumas vezes se aproximam da estética *déco* e modernista. O conjunto de casas construídas entre as décadas de 1940 e 1960, caracteriza-se por uma multiplicidade de linguagens e tipos, como era voga nas demais cidades e novos bairros da época.

Logo nas primeiras décadas de existência, a nova capital adensou-se rapidamente. Inicialmente, o crescimento ocorreu na direção centro-norte. Na década de 1940, a cidade já possuía 18.889 habitantes, chegando no final da década de 1950 com 53.000 habitantes. Nos dez anos seguintes a população triplicou, chegando a 151.000 habitantes, num crescimento de 188%. (VAZ, 2002)

Como reflexo desse crescimento, a Goiânia expandiu seu território ocupando as áreas das regiões sul e oeste. Os novos bairros e loteamentos levaram a necessidade do investimento em transporte coletivo. Como consequência disso, em 1975, foram propostas alterações no Sistema de Transporte Coletivo de Goiânia, sob a assessoria de Jaime Lerner. Baseado no modelo de Curitiba, Lerner propôs a criação de um novo eixo Leste/Oeste. Tal eixo seria estruturado pela Avenida Anhanguera, uma das principais vias do Setor Central, passando essa região a funcionar como um grande ponto nodal do sistema de transporte coletivo.

Segundo Vaz (2002), tais transformações proporcionaram expressivas alterações na dinâmica da cidade, sobretudo no Centro. Elas viabilizaram o acesso da população da periferia ao setor, o que levou a sua “popularização”. Segundo a autora:

> Relevante também é a efetiva saída da elite do centro, que já não o identifica mais como local para moradia, e sua gradativa substituição por grupos sociais populares. Não se pode esquecer quão importante é o sistema de transporte urbano neste processo, uma vez que ele liga e traz para o centro um extensa periferia, inclusive aquela situada em outros municípios. (VAZ, 2002, p.110)

Vaz (2002) aponta que alguns outros fatores contribuíram para o êxodo da elite que, insatisfeita, deixou de ver o Setor Central como um local adequado para moradia e trabalho, o que levou a uma gradativa mudança no perfil do público e das atividades desenvolvidas nessa região da cidade. Entre elas encontra-se, o aumento do fluxo de veículos, a carência

de vagas de estacionamento, a falta de manutenção de edifícios públicos e a deficiência na prestação de alguns serviços por parte do poder público.

O comércio de luxo, assim como consultórios e escritórios de profissionais liberais e agências bancárias, gradativamente migraram para os bairros mais próximos – primeiro para o Setor Oeste e posteriormente para os Setores Aeroporto, Sul e Marista–, que passaram atuar como novas centralidades, ainda que menos importantes que o Setor Central. Segundo Vaz, foi a partir de 1981, com a criação do Flamboyant Shopping Center, que o Setor Central começou de fato a perder importância, a ponto de iniciar-se um processo de esvaziamento e decadência dessa área.

Nas décadas seguintes, essa evasão do centro acentuou-se, com a construção do Shopping Bouganville, em 1990, e do Goiânia Shopping, em 1995, consolidando novas centralidades na cidade. No ano de 1992, foi aprovado o quarto plano diretor da cidade, o PDIG-2000, que corroborou com o processo de descentralização como estratégia para aliviar a intensa ocupação da região central. Assim como o dito por Vaz (2002):

> (...) o shopping center, além de significar uma drástica descentralização, se apresenta como um equipamento capaz desencadear redefinições no espaço intra-urbano através de outro processo denominado por Beltrão Sposito de recentralização. O shopping center, localizado em outra área, constitui uma nova centralidade que passa a competir com o centro tradicional". (VAZ, 2002, p.110)

Deste modo, segundo os estudos desenvolvidos por Vaz (2002), o Setor Central começa a apresentar sinais de desvalorização no final da década de 1980, sofrendo abandono por parte da população de maior poder aquisitivo. Desde então, ele tem se popularizado e já não possui uma vida noturna ativa. Porém, é importante lembrar que essa região ainda hoje caracteriza-se como um local de importância para a cidade, na medida em que está conectado a qualquer parte da cidade, por meio do transporte público, e possui uma grande concentração de instituições públicas, agências bancárias, serviços e comércios populares. Além disso, o Setor Central é o maior marco referencial histórico, cultural e arquitetônico da cidade Goiânia, como conjunto arquitetônico e urbanístico que representa, e simboliza, o momento de sua criação.

Inventário da arquitetura unifamiliar (1930 - 1970)

Há algum tempo a problemática da preservação do patrimônio residencial de Goiânia vem sendo discutida. Os inventários de patrimônio residencial na capital tiveram início ainda em 2007, pelo Iphan/GO através da então bolsista do Programa de Especialização em Patrimônio (PEP/IPHAN), Ana Amélia de Paula Moura. Esse trabalho, que teve as

residências modernistas como objeto, copilou informações de outros levantamentos já realizados, introduziu de novos a partir do trabalho em campo, o que resultou na monografia intitulada “Arquitetura residencial moderna em Goiânia: delineando um cenário”. A pesquisadora inventariou, através da metodologia SICG/IPHAN do próprio IPHAN, 78 casas, situadas entre os setores Central, Sul, Aeroporto e Oeste, proporcionando, pela primeira vez, “uma mostra da variedade, qualidade e características arquitetônicas desses bens construídos na cidade ao longo das décadas de 1950 e 1960. ” (IPHAN, 2015, p.5)

Em um segundo momento, em 2010, devido a ações nacionais do próprio Iphan no reconhecimento da arquitetura moderna como patrimônio cultural, o IPHAN/GO firmou parceria com três universidades do estado para realizar o inventário através da metodologia SICG-IPHAN: Universidade Federal de Goiás (UFG), Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) e Universidade Estadual de Goiás (UEG), perfilando o que acontecia em outras unidades do IPHAN, para então compor o Grupo de Trabalho “Acautelamento de Arquitetura Modernista”. O objetivo seria identificar e elencar os bens de caráter modernista, ampliando ainda mais a pesquisa iniciada. Os bens específicos a inventariar foram divididos por universidade: as edificações modernistas de uso institucional de Goiânia – UFG; a ampliação do inventário das residências modernistas de Goiânia – PUC-GO; e os bens residenciais localizadas em Anápolis/GO –UEG.

Porém, por trata-se de uma cidade de patrimônio recente; Goiânia, até então, não possuía claramente, parâmetros que estabelecessem a variedade das tipologias e características da sua arquitetura residencial unifamiliar que extrapolasse o da arquitetura modernista. A complexidade arquitetônica existente exigia a realização de mais pesquisa, a identificação e varredura desse patrimônio tornaria ação primordial, visto que a desenfreada substituição e descarte dessas edificações, fazia emergencial a continuidade da ação de inventário. Esta condição motivou também o MPGO no interesse pela viabilização de recursos para a identificação e inventário das residências.

> O interesse do IPHAN no reconhecimento de outras arquiteturas, também parte da participação do IPHAN/GO, em conjunto com a Superintendência de Patrimônio Histórico e Artístico Estadual e a Divisão Municipal de Requalificação Urbana e Patrimônio, da Prefeitura Municipal, do Grupo de Trabalho proposto pela 7a Promotoria de Justiça do Ministério Público de Goiás ao longo de 2013 e 2014, cujo objetivo era a formulação de uma lista de bens privados a serem indicados para tombamento, através de uma ação civil pública. Como resultado da participação do IPHAN/GO, foram fornecidas ao Ministério Público todas as fichas de inventário de arquitetura modernista realizadas até a data, além de produzido um documento que, tendo por base a listagem preliminar de bens de interesse cultural fornecido pela Divisão de Patrimônio da Prefeitura Municipal, organiza e agrupa em categorias os bens indicados, demonstrando a complexidade e diversidade

> de outras arquiteturas modernas existentes na cidade. Entre estas arquiteturas identificadas estão as residências tipo, edificações ecléticas, estilo missões, bangalô e modernistas, além da arquitetura déco. (IPHAN, 2015, p.06)

Ao longo de 2015, através do Acordo de Cooperação, ACT 001/2015, firmado entre IPHAN/GO e LAU/FAV/UFG, inicia-se o inventário de residências no setor Central, Sul, Oeste, Aeroporto, Marista e Bueno, tendo como referência as linguagens elencadas pelo IPHAN/GO ao Ministério Público e inserindo-se o brutalismo, sobre o qual FAV/UFG já desenvolvia pesquisas. A partir desse Acordo, em 2016, é firmado Termo de Referência, viabilizado com recursos disponibilizados pelo MPGO, para o "Inventário de arquitetura unifamiliar em Goiânia: décadas de 1930 a 1970". Neste documento é estabelecido como principal objetivo identificar, mapear, e inventariar os bens relacionados a esse acervo. Para tanto, visa empregar como metodologia de inventário o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG/IPHAN), de modo a contribuir com pesquisas futuras pelo IPHAN e no reconhecimento do Patrimônio Cultural de Goiânia.

> O Inventário através da Metodologia do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) é uma ferramenta para identificação e reconhecimento do universo de bens culturais de natureza material existente em determinada área de estudo. Através dele, é possível fundamentar a tomada de decisões, as ações de gestão do patrimônio cultural, o desenvolvimento de planos estratégicos e a formulação de normas de preservação e de operações de reabilitação urbana. (IPHAN, 2015, p.06)

A ferramenta SICG/IPHAN é composta por três módulos: conhecimento, gestão e cadastro. Respectivamente, o Módulo 1 objetiva uma abordagem ampla e contextualizada do patrimônio em análise, o Módulo 2 tem objetivos de estratégicos de gestão e valorização, o Módulo 3 diz respeito a fichas relativas a bens individuais com informações indispensáveis que permitem aprofundar os conhecimentos sobre os bens cadastrados. O inventário objetivou o preenchimento das fichas do Módulo 1 – M1.01, M1.02 e M1.03, e as do Módulo 3 – M3.01, M3.02 e M3.03, respaldadas pela criação de um Banco de Dados e a produção de mapas temáticos em ArcGis.

O recorte territorial foi definido pelos bairros que constituem o núcleo inicial da cidade: Setor Central e Setor Sul e seu entorno, parte dos setores Oeste, Aeroporto, Marista, Bueno e Universitário. O recorte deve-se a localização do acervo de interesse – residências construídas entre as décadas de 1930 e 1970 – sendo que, o Setor Central é a região com o mais expressivo número de edificações.

> Os resultados alcançados, até então, em sua íntegra são: 1) identificação e mapeamento dos bens de interesse; 2) caracterização, avaliação e valoração dos bens de interesse e áreas de entorno; 3) inventário dos bens de interesse e do contexto geral no qual eles se inserem, utilizando o Sistema Integrado do Conhecimento e Gestão do IPHAN; e 4) formação de equipe técnica para dar continuidade ao Inventário de Arquitetura Moderna em Goiânia. (CAIXETA, 2017, p. 6)

Estabeleceu-se como critério de classificação do objeto de pesquisa as “linguagens” identificadas nas residências, uma vez que a classificação tipológica seria mais complexa para àquelas modernistas e brutalistas. Entretanto, para a leitura da paisagem, as questões tipológicas foram consideradas, uma vez que as relações entre tipo edilício e morfologia urbana são estruturais na conformação da paisagem do Setor Central.

Para fins de compreensão, o conjunto de casas foi agrupado em três grandes categorias: casas-tipo, casas ecléticas e casas modernas. Dentro da categoria “casas-tipo” considerou-se tanto aquelas construídas pelo Governo do estado de Goiás, como aquelas construídas por particulares que apresentavam padrões construtivos-formais e espaciais semelhantes aos utilizados pelo governo. Dentro da categoria “casas ecléticas” considerou-se aquelas em estilo missões, normando e neocolonial e as casas que adotam um sincretismo de linguagens, denominado de eclético sintético. Dentro da categoria “casas modernas” considerou-se as casas déco, as casas modernistas e as casas brutalistas, incluindo uma nova nomenclatura para as casas que se aproximam da linguagem modernista, mas que não apresentam um conjunto de elementos que possam identificá-las como tal. Essas casas foram denominadas como “modernistas de transição”. (CAIXETA; FROTA; OLIVEIRA, 2017)

Dentre esses produtos vale destacar que, com varreduras realizadas através de levantamentos em campo e estudos realizadas nos setores Central, Sul, Oeste e Aeroporto, houve um acréscimo significativo do número de casas – inicialmente cadastradas, somadas às advindas de diferentes bases de dados e listagens provenientes de trabalhos anteriores, tais como, dissertações, listagens da Prefeitura Municipal, pesquisas de Universidades, entre outras, aumentando de 207 para 339 bens de interesse. Novas casas foram incorporadas e outras descartadas em função de descaracterização, ou mesmo demolição. Essa nova composição do quadro de residências influenciou principalmente na necessidade de uma análise da paisagem histórica da cidade, bem como na identificação de seus conjuntos. Esta questão se tornou premente devido a própria metodologia do SICG-IPHAN apontar para a necessidade da leitura dos entornos e áreas urbanas onde se inserem os bens de interesse, caracterizando-os como formadores de conjuntos ou bens isolados e se o entorno é transformado ou preservado.

Esse artigo enfoca especificamente a leitura da paisagem realizada do Setor Central, sem adentrar nos outros bairros analisados durante a pesquisa, na medida em que cada um deles apresenta singularidades e, portanto, metodologias diferentes de abordagem.

Setor Central: paisagem, ambiência urbana e a identificação de conjuntos

Ao longo do trabalho, além da realização da identificação e caracterização individual destes bens através das linguagens e do inventário das casas, era de equivalente relevância destacar a relação entre elas. Partiu-se do entendimento que a proximidade dos bens e a formação dos conjuntos reforçam a identidade da paisagem envolvente valorizando-a, assim como aos bens individuais que a compõe, ressaltando seu valor enquanto patrimônio histórico. Ou seja, para uma melhor compreensão desse patrimônio se fez necessário analisar tanto o valor intrínseco das casas, como o valor a elas agregado a partir da sua relação com a paisagem e a morfologia urbana. Para tanto, buscou-se identificar conjuntos de residências e estabelecer quais os parâmetros para sua formação, em uma cidade que passou por diferentes processos de transformação. Com isso, foram desenvolvidos procedimentos metodológicos específicos para a leitura dessas áreas e sua caracterização, considerando a condição histórica de cidade nova que Goiânia apresenta.

O desenvolvimento da metodologia de caracterização de conjuntos para o Setor Central ocorreu em três etapas: 1) Identificação dos agrupamentos de bens, através de mapeamento geográfico; 2) A análise dos dados do inventário, sistematizados nas Fichas M3-01 do SICG/IPHAN, referentes ao estado de preservação, conservação e linguagem arquitetônica de cada residência que formava estes agrupamentos; e 3) Varreduras realizadas através de levantamentos em campo que visavam a caracterização dos agrupamentos enquanto conjuntos, a partir da leitura de sua paisagem e morfologia.

Percebeu-se então que apenas o agrupamento geográfico das residências não era suficiente para caracterizar os conjuntos, uma vez que, ao realizar os levantamentos em campo, observou-se elementos e alterações morfológicas que prejudicavam o sentido de conjunto e deveriam ser identificados e avaliados através do percurso na área. Por esse motivo, decidiu-se por realizar caminhadas de estudo, no sentido de buscar identificar os conjuntos a partir da sua percepção na paisagem, desde o ponto de vista do pedestre.[1] Como procedimento metodológico, definiu-se que essas caminhadas de estudo seriam

[1] A pesquisa de campo realizada anteriormente, foi direcionada a partir da localização das casas identificadas em pesquisas anteriores e do conhecimento prévio da áreas de predomínio de edifícios residenciais de interesse, obtido por meio de pesquisa bibliográfica. As caminhadas de observação e análise, realizadas em uma segunda etapa de pesquisa de campo, objetivavam não apenas a realização da leitura das casas no contexto da paisagem, mas também de uma varredura das casas existentes em todo o bairro, no sentido de identificar novos bens de interesse.

realizadas em vias onde se localizavam agrupamentos geográficos de três ou mais bens de interesse, passiveis de serem observados ao nível da rua.

A leitura da paisagem, feita a partir destas caminhadas percepção e reconhecimento, levou em consideração não apenas os aspectos históricos, morfológicos ou topoceptivos do contexto estudado, mas também os aspectos funcionais, simbólicos e sensoriais que o compõem. (TAVARES et al. 2017) Os critérios de análise foram estabelecidos, incialmente, através da identificação dos seguintes elementos referenciais constituintes da paisagem: marcos, limites, barreiras, indicadores de transformação e vegetação. Esses elementos foram caracterizados ou conceituados da seguinte forma: “marcos” são os elementos de referência na paisagem, que servem de orientação no espaço da rua, do bairro ou da cidade; já os “limites” são as ruas que delimitam o trecho de análise; “barreiras” são os elementos ou edificações que de alguma modo impedem ou prejudicam a visualização do conjunto, ou ainda, elementos que por seu uso ou forma impactante, destoam fortemente da tipologia, gabarito ou uso predominante local; “indicadores de transformação” são aqueles elementos que causam ou são provenientes e/ou indicativos de alterações na ambiência local; e “vegetação” refere-se à análise da condição atual da arborização urbana e os jardins dos recuos frontais das edificações.

Além disso, foram considerados aspectos materiais e imateriais identificados na paisagem envoltória dos bens e sua relação com os mesmos, tais como: excepcionalidade / expressividade; reversibilidade de danos; estado de preservação; estado de conservação e potencial de risco. As análises posteriores consolidaram-se com as pesquisas bibliográficas, de registros históricos - icnográficos e iconográficos – percepções co-presenciais e registros fotográficos recentes.

Durante as caminhadas de observação e de análise, pode-se perceber a formação de alguns conjuntos a partir dos agrupamentos iniciais. Apesar destes conjuntos serem diversificados entre si, com base nas análises, foram encontrados alguns indícios de padrões em sua composição morfológica. Deu-se então início da análise dos primeiros conjuntos identificados, na qual novamente considerou-se os aspectos arquitetônicos dos bens de interesse, bem como os aspectos ambientais: implantação, relação dos edifícios com a rua e sua ambiência.

O conceito de ambiência analisado relaciona-se à percepção do espaço circundante e também à ação do ser humano na construção e agenciamento de elementos que compõe o espaço construído. Para análise das ambiências levou-se em conta elementos tais como: movimento da rua (pedestres e veículos); escala; predominância de usos; presença de arborização e jardins frontais; relação das edificações com a rua (afastamentos,

permeabilidade visual, relação de vizinhança, presença de indicadores de transformação e barreiras); dentre outros.

Como procedimento metodológico, classificou-se as ambiências em três tipologias: ‘’ambiência doméstica”, cujos aspectos materiais da paisagem e, em alguns casos, aspectos subjetivos e imateriais, remetem à ambiência da época de sua implantação, mantendo elementos da atmosfera doméstica daquele período, com predominância de uso residencial; a “ambiência transição”, identificada quando a paisagem local apresenta claros sinais de mudanças em andamento, mas de caráter não definido; e “ambiência variada”, identificada quando a paisagem é marcada por usos consolidados que não os residenciais.

As alterações morfológicas observadas no Setor Central relacionam-se principalmente às modificações externas ocorridas nas edificações existentes e que impactam diretamente na sua relação com o lote e na ambiência da rua, podendo ser classificadas em três tipos básicos de alteração: a demolição de casas e a construção de edifícios comerciais e institucionais de grande porte ou edifícios de habitação coletiva, junto aos conjuntos de residências; a demolição de casas e a permanência de vazios urbanos, muitas vezes transformados em áreas de estacionamento ou áreas sem uso; e mudanças de uso das casas, acarretando alterações na volumetria e nas fachadas, bem como modificações na sua inserção no lote, como por exemplo, a eliminação do jardim frontal, a construção de muros altos na interface com a calçada e a rua e a retirada de árvores das calçadas.

Os elementos acima descritos serviram de base para a elaboração de critérios de atribuição de valores, a partir dos quais foram apreciadas as qualidades dos bens e da paisagem envolvente simultaneamente. A pontuação era maior quando o bem e o entorno apresentavam características morfológicas que conferem uma ambiência mais positiva (ambiência doméstica) que são: os jardins frontais mantidos, recuo frontal respeitado, permeabilidade visual da residência, bom estado de preservação, bom estado de conservação. As pontuações obtidas pelos conjuntos foram então confrontadas com a média das valorações dos bens individuais formadores do conjunto, de modo a checar a legitimidade dos valores encontrados, confirmando o acerto na metodologia adotada. (TAVARES et al. 2017)

Concluídas as análises, iniciou-se o processo de elaboração dos mapas de conjunto. Esses mapas foram elaborados a partir das ruas que continham um agrupamento passível de ser observado por um transeunte e com o número mínimo de três bens de interesse. Neles foram feitas as marcações dos bens de interesse e demais elementos da paisagem, descritos anteriormente; com fotos de elementos de destaque e de bens e a análise feita pela equipe após checagem dos dados coletados.

Os mapas foram fundamentais para assinalar a singularidade de cada conjunto identificado. Posto que, a título de exemplo: quando dois conjuntos apresentavam a mesma ambiência,

neles ainda haviam aspectos ou elementos distintos (dentre aqueles mencionados acima), que deveriam ser analisados e destacados particularmente. Pode-se perceber que essa análise foi de suma importância para compreender que o processo metodológico não é é estático, não havendo um padrão definitivo para sua aplicação. Existem etapas e métodos que podem ser seguidos na análise da paisagem, principalmente como no caso de Goiânia, cidade nova e com patrimônio arquitetônico heterogêneo. Entretanto, estes métodos devem ser constantemente submetidos à análises e reavaliações, em função das singularidades tanto do contexto histórico de formação e transformação da paisagem e sua dinâmica, quando nas relações morfológicas que constituem a base de estruturação da paisagem.

Reconhecer e valorar: caminhos de uma metodologia

A leitura da paisagem, com a identificação dos conjuntos de casas nela remanescentes, bem como das distintas ambiências do Setor Central – pautada na hipótese de que a atmosfera urbana histórica de Goiânia foi configurada a partir do importante papel das residências no preenchimento dos interstícios do traçado projetado, consolidando da escala doméstica do núcleo inicial da cidade –, revelou a existência de conjuntos de casas ainda expressivos e a nescessidade urgente de sua preservação, bem como da ambiência das ruas que os compõe; sob pena de ver desaparecer este patrimônio, tão singular na história do urbanismo e da arquitetura brasileiros.

A realidade de Goiânia, como cidade com múltiplas dinâmicas no seu processo de crescimento, fez ser necessário criar novos procedimentos para aplicar a metodologia do SICG-IPHAN. Esses procedimentos referem-se à interpretação dos contextos urbanos, à formação de conjuntos e sua relação com seu local de inserção – a área central da cidade –, região com maior número de camadas históricas. Com essa abordagem é possível tecer novas considerações e entendimentos para o reconhecimento do Patrimônio de Goiânia e sua valorização. A experiência foi positiva e contribuiu para dinamizar o olhar sobre o inventário em cidades novas, com características similares.

Para o desenvolvimento desses procedimentos utilizou-se como aporte teórico, as metodologias de leitura a paisagem propostas por Callai, (2004); Castriota (2007); Kohlsdorf, (2006) e Lynch (1997). A partir das propostas desses autores, compreendeu-se que algumas adaptações deveriam ser feitas para a leitura de uma paisagem tida como singular em sua morfologia e ambiência, por ser fruto de um planejamento recente e de estar vinculada a um período histórico relativamente curto, ao mesmo tempo marcado por ritmo rápido de construção e reconstrução do tecido urbano da cidade.

Essas adaptações referem-se principalmente ao fato de se tratar de um patrimônio de linguagem arquitetônica heterogênea, o que não permitia a adoção de metodologia de

leituras de padrões e ritmos, assim também como pelo fato dos bens estarem inseridos em um contexto que apresenta um processo bastante adiantado de transformação em relação à sua paisagem envolvente original.

Considera-se que a metodologia adotada foi bastante adequada, levando em conta a história e morfologia do Setor Central, ao possibilitar uma leitura mais ampla e abrangente de seu patrimônio material. A classificação de ambiências utilizada para a leitura da paisagem do Setor Central, por exemplo, foram definidas de acordo com a história de construção e modificação dessa área da cidade, tendo em vista que ela, um dia, foi prioritariamente doméstica, e que vem passado por sucessivas transições ao longo dos últimos anos.

No entanto, verificou-se que em outros bairros da cidade, com morfologias distintas e formados em contextos históricos diferentes, esta metodologia deve ser reavaliada para adequar-se às condições específicas de cada caso. Como exemplo disso, podemos citar o Setor Sul de Goiânia, bairro projetado dentro dos princípios dos subúrbios norte-americanos vinculados aos conceitos da Cidade Jardim, oriundo de um desenho urbano diferente do adotado no Setor Central e que teve um processo de ocupação também singular. Nesse caso, foi adotada uma abordagem distinta da desenvolvida para o Setor Central. Enquanto no Setor Sul o traçado urbano é o elemento forte de identidade a orientar a leitura da paisagem, no Setor Central a formação dos conjuntos de bens ou, em alguns casos, a singularidade de alguns bens isolados inseridos na paisagem, foram os pontos focais a partir dos quais a leitura se desenvolveu.

Agradecimentos:

Apoio:
15a Promotoria de Justiça de Goiânia – Ministério Público do Estado de Goiás
(Recurso decorrente de assinatura de termo de ajustamento de conduta)

Supervisão técnica:
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN/GO
Salma Saddi Waress de Paiva (Superintendente IPHAN/GO);
Beatriz Otto de Santana (Coordenadora Técnica IPHAN/GO);
Dafne Marques de Mendonça (Técnica designada para o acompanhamento IPHAN/GO).

Coordenação:
Drª. Eline Mª Moura P. Caixeta, Arquiteta e Urbanista – Docente e Pesquisadora FAV/UFG

Equipe Contratada:

Danielle Radis Alves, Arquiteta e Urbanista – Pesquisadora LAU/FAV/UFG

Dr. José Artur D'Aló Frota, Arquiteto e Urbanista – Docente e Pesquisador FAV/UFG

Julia Macedo Monteiro, Arquiteta e Urbanista – Pesquisadora LAU/FAV/UFG

Esp. Lívia Maria P. S. Moreira, Arquiteta e Urbanista – TAE. Arq.Urb. e Pesquisadora LAU/FAV/UFG

Me. Marcia Guerrante Tavares, Arquiteta e Urbanista – Pesquisadora LAU/FAV/UFG

Me. Simone Borges C. de Oliveira, Arquiteta e Urbanista – Pesquisadora LAU/FAV/UFG

Me. Wilson Mendonça Lopes, Geógrafo – Pesquisador Externo

Me. Bruno Magnum Pereira, Geógrafo – Pesquisador Externo

Equipe Voluntária:

Elana da Silva Romualdo, Arquiteta e Urbanista – Pesquisadora LAU/FAV/UFG

Guilherme de Andrade Bento, Arquiteto e Urbanista – Pesquisador LAU/FAV/UFG

Me. Juheina Lacerda R. Viana, Geógrafa – Pesquisadora Externa

Marília Pereira Santos, Arquiteta e Urbanista – Pesquisadora LAU/FAV/UFG

Esp. Mayra de Paula Nascimento Almeida, Arquiteta e Urbanista – Pesquisadora LAU/FAV/UFG

Renata Lima Barros, Arquiteta e Urbanista – Pesquisadora LAU/FAV/UFG

Rosangela Furtado MacDowell, Arquiteta e Urbanista – Pesquisadora LAU/FAV/UFG

Aline Izabella de O. Lopes, Aluna da graduação, Curso de Arquitetura e Urbanismo/UFG

Amanda Karolyne Sousa, Aluna da graduação, Curso de Arquitetura e Urbanismo/UFG

Ana Carla Paiva, Aluna da graduação, Curso de Arquitetura e Urbanismo/UFG

Eduarda Vinhadelli, Aluna da graduação, Curso de Arquitetura e Urbanismo/PUC-GO

Gabrielle Ribeiro Costa, Aluna da graduação, Curso de Arquitetura e Urbanismo/UFG

Guilherme Ferreira, Aluno da graduação, Curso de Arquitetura e Urbanismo/UFG

Laís Oliveira, Aluna da graduação, Curso de Arquitetura e Urbanismo/UFG

Maryan S. A. Nascimento, Aluna da graduação, Curso de Arquitetura e Urbanismo/UFG

Roberto Cociello Neto, Aluno da graduação, Curso de Arquitetura e Urbanismo/UFG

Referências Bibliográficas:

CAIXETA, Eline Maria M. P.; MENDONÇA, Dafne M.; MOREIRA, Lívia Maria; ALVES, Danielle Radis; MONTEIRO, Julia Macedo. "Goiânia, cidade nova, patrimônio recente: experiências na caracterização e valoração da arquitetura residencial enquanto elemento de construção da paisagem do núcleo pioneiro da cidade" In: **Atas del Primer Congreso Iberoamericano de Historia Urbana Ciudades en el tiempo: infraestructuras, territorios, patrimonio.** Santiago de Chile, 2016, p. 1-15. Disponível em: http://www.historiaurbana.cl/actas

CAIXETA, Elina Maria M. P. “Relatório Geral de Atividades” In: **Inventário de Arquitetura Unifamiliar em Goiânia: 1930 a 1970.** Vol I, p 1 -22. Goiânia, fev. 2017, não publicado.

CAIXETA, Elina Maria M. P; FROTA, José Artur D.; OLIVEIRA, Simone B. C. de. “Relatório Síntese de Variação de Linguagens” In: **Inventário de Arquitetura Unifamiliar em Goiânia: 1930 a 1970.** Vol III, p.49 -70. Goiânia, fev. 2017, não publicado.

CALLAI, Helena Copetti. O estudo do lugar como possibilidade de construção da identidade e pertencimento. In: **VIII Congresso Luso-Brasileiro de ciências sociais**. Coimbra:16-18 setembro, 2004.

CASTRIOTA, Leonardo B. **Intervenções Sobre O Patrimônio Urbano: Modelos e Perspectivas. Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável**. Belo Horizonte, V.1, N.1, set. / Dez. 2007.Disponivel em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/CASTRIOTA%252c%20Leonardo%20B_%20Interven%C3%A7%C3%B5es%20sobre%20o%20patrim%C3%B4nio%20urbano%20-%20modelos%20e%20perspectivas.pdf>. Acesso em: dezembro 2016.

DAHER, Tânia. **Goiânia, uma utopia europeia no Brasil.** Goiânia: Ed. ICBC, 2003.

DIEGOLI, Leila Regina. (coord); et al. Inventário Geral do Patrimônio Ambiental e Cultural: Metodologia. **Cadernos do IGEPAC-SP:1** São Paulo: Depto. do Patrimônio Histórico da Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico, 1986.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Termo de Referência: Arquitetura Moderna em Goiânia/GO**, Goiânia, [s.d.], não publicado.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **Série a cidade como arquitetura: Percepção e preservação da identidade dos lugares.** Volumes 5,7, 8 e 10.INCEU: Brasília, 2006.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** São Paulo: Martins fontes, 1997.

MANSO, Celina (Org.). **Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanítisco - Dossiê de tombamento.** Goiânia: Instituto Casa Brasil de Cultura, 2010.

MELLO, Márcia Metran de. **Moderno e modernismo**. **A arquitetura dos dois primeiros fluxos desenvolvimentistas de Goiânia. 1996.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. **Goiânia: cidade de pedras e de palavras.** Goiânia: Ed. da UFG, 2006.

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. “Plano Diretor de Goiânia - Luis Saia -1962”**.** In: **Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. v. 6, n. 2, 2000, Sao Paulo. Cinco Séculos de Cidade no Brasil. Disponível em:< h p://unuhospedagem.com.br/revi- sta/rbeur/>. Acesso em: 20 nov. 2014.

PIRES, Jacira Rosa. **Goiânia- Cidade pré-moderna do cerrado 1922-1938.** Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2009.

TAVARES et al. “Relatório de Metodologia de Análise de Conjuntos Setor Central”, In: **Inventário de Arquitetura Unifamiliar em Goiânia: 1930 a 1970.** Vol VI, Goiânia, fev. 2017, não publicado.

VAZ, Maria Diva Araújo Coelho. **Transformação do centro de Goiânia: renovação ou reestruturação?** 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia.